

A INVENÇÃO DO COTIDIANO: UMA LEITURA, USOS

Anne-Marie Chartier

Jean Hébrard

Tradução: Mariza Romero

Revisão Técnica: Yara Aun Houry

*A invenção do cotidiano*¹ não pode ser facilmente assimilada a um gênero (seus relatos de espaço atêm-se, ainda, ao do ensaio?) nem a uma disciplina (numerosas são as convocadas para isso e questionadas, sem que nenhuma advogue o direito de julgar as outras). Livro difícil, voltado para uma enunciação inquieta de si mesmo, sem que o aprofundamento leve a bom termo a questão de sua própria legitimidade. Livro aberto, sobre o qual perguntava-se Michel de Certeau, enquanto ainda o escrevia: “Deixará ele um dia de ser inacabado?” Livro que não se deixa facilmente compreender, mas cuja leitura nunca decepciona: a cada página há muito que recolher, e tomá-lo de empréstimo parece muito fácil.

Agora que tantos fizeram uso dele – como fazer história cultural, hoje, sem voltar às noções-chave que se tornaram as práticas de reapropriação, cujas especificidades, os estilos lógicos, seus prazeres estéticos e exigências éticas ele enuncia? – pode-se tentar lê-lo?

Recordemos o objetivo. Inicialmente, um pedido que convinha ao observador (provador?) atento das práticas culturais presentes ou passadas, comuns ou marginais, que, entre outras manias, Michel de Certeau sempre foi; pedido em forma de questão: o que é consumo cultural? O que são as operações dos seus usuários? Percebe-se bem como essas questões se encontram ao mesmo tempo ancoradas nas perplexidades ou nos impasses das políticas culturais para nosso tempo, mas também nos debates desen-

1 Inluímos no texto as referências a *L'invention du quotidien*, Paris, U.G.E.; col 10/18, 1980, t. I, *Arts de faire*.

volvidos às fronteiras da história, da antropologia, da sociologia e, com a ajuda de Michel Foucault, da filosofia.

História social ou antropologia das práticas culturais populares, por muito tempo reduzidas a seus arcaísmos múltiplos ou, mais recentemente, confundidas com os usos impostos sub-repticiamente pelos objetos de uma cultura que se tornou mercantil. História dos dispositivos de poder multiformes e anônimos que se substituíram às teatralizações do absolutismo quando, entre os séculos XVII e XVIII, a violência política se transforma em vigilância social. Novas ciências definem, eruditamente, essas práticas pelo seu desvio da norma, caracterizando-as como marginais, patológicas, populares, arcaicas, primitivas, irracionais, e mesmo femininas... E esses discursos permitem mais facilmente acesso aos projetos políticos ou aos programas de “civilização” dos costumes do que a essas práticas.

Contra aqueles que sustentam que os textos tiveram, bem ou mal, força de lei (e que por isso participam docilmente da operação que denunciam), *L'invention du quotidien* executa um duplo deslocamento: aos historiadores Michel de Certeau lembra que não se pode ler diretamente a alteridade cultural na especificidade profusa dos objetos a ela destinados, mas sim no uso que se faz deles. Assim, a *Bibliothèque bleue* está longe de ser um *corpus* reservado ao uso do povo; mas um folheto de cordel não é lido da mesma maneira, dependendo se são mãos brancas ou calosas que o folheiam. Aos arqueólogos do poder, ele lembra a irredutível reserva de estratégias (liberdade?) dos homens, mesmo dos “disciplinados”, a de inventar aplicando, nas regras que normalizam as condutas, golpes não previstos que deslocam ou anulam os efeitos.

Dessa forma, Michel de Certeau enceta uma crítica aguda às ciências sociais. Tomando como objeto os fazeres comuns da vida cotidiana e definindo-os como uma série de atentados ao poder, nos interstícios de suas previsões, ele recusa que essas “táticas” possam ser, de uma só vez, restituídas no espaço racional da cultura erudita. Paralelamente ao trabalho de Goody² que, contrariamente a Lévi-Strauss, afirmava a irredutibilidade das culturas não escritas à lógica da escrita, ele opõe as lógicas do fazer à lógica dos fatos, a arte das táticas às ciências dos ordenamentos estratégicos, as astúcias da ação aos enquadramentos operatórios dos espaços sociais ou simbólicos. De um lado, uma pragmática da temporalidade, de outro, uma classificação ordenada dos espaços.

2 Gooky, J. *The domestication of the savage mind*, Cambridge e New York, Cambridge University Press, 1977 (tradução francesa: *La raison graphique*, Paris, Éd. Minuit, 1979).

Poder-se-ia dizer que por sua construção, as ciências sociais estabelecem como cognoscível, e, portanto, como pensável, o que permanece: os saberes, os hábitos, as regras, as estratégias, os dispositivos, as instituições. Aqui, ao contrário, trata-se de fornecer os meios de reconhecimento do efêmero, da ocasião aproveitada ou perdida, desse fazer que não capitaliza seus efeitos em um lugar definido, breve, de como “se” praticam comumente, isto é, no dia-a-dia, de maneira indefinidamente recorrente e nunca idêntica, os espaços ordenados que não “se” construiu nem se quis, mas dos quais “se” é simplesmente usuário. É isto mesmo a invenção do cotidiano.

O par leitura-escrita oferece, de alguma maneira, um modelo da tensão epistemológica que atravessa a análise das culturas como práticas. É grande a tentação de aqui procurar apenas uma figura que a semiótica tornou familiar: ao deslizar seu olhar erudito das páginas dos livros para as ruas das cidades e para os espetáculos do mundo, os semióticos trataram alegremente as palavras e as coisas com as mesmas ferramentas da linguagem, tomaram a realidade social por um livro aberto, oferecendo um repertório infinito de elementos arranjados, agenciados segundo códigos gramaticais ou figuras de retórica³. Ora, ao conceber a leitura como uma ação por meio da qual sujeitos comuns constroem seus significados, Michel de Certeau toma outra via: não fazer então o inventário do espaço textual do mundo, mas seguir os caminhos da cultura cotidiana.

Mas tal projeto não se deixa captar, tampouco, por uma abordagem hermenêutica. Ao eleger as práticas como “artes de fazer” e não como fatos da sociedade e produtos da cultura, ele não permite se fundamentar em uma teoria interpretativa, susceptível de aí desvelar, independentemente dos atores envolvidos, sentidos latentes e funções sociais, tal como poderiam fazer uma sociologia, uma etnologia, uma psicologia ou uma filosofia das condutas e das formas simbólicas.

Assim, Michel de Certeau permanece distante dos modos de abordagem clássicos: ele não pretende ignorar suas contribuições nem denunciar sua legitimidade; porém, ele sublinha a incoerência de se acreditar na possibilidade de abranger um fazer através das metalinguagens do feito. O par leitura-escrita é, então, o eixo de um trabalho metodológico em dois níveis: primeiro, ele está no centro do esforço teórico para tornar um “objeto” inteligível, recusando a pertinência das ciências do signo e das ciências do sentido; e é tão mais reticente com relação à teoria por não ter um corpo conceitual,

3 Por exemplo, Jean Baudrillard, *Pour une critique de l'économie politique du signe*, Paris, Gallimard, 1972.

por ser mudo com relação a si mesmo, voltado pois à insignificância teórica; mas Michel de Certeau, ao escrever, experimenta também, na “prática”, os efeitos dessa tensão escrita-leitura, e disso dá testemunho: nas modalidades próprias uma escrita que ultrapassa constantemente as fronteiras dos gêneros, passando da crítica filosófica para a meditação, da literatura para a exposição histórica, no estilo de um livro que não encoraja uma leitura obediente e sem interrupções. Logo, ele lembra que “pensar a prática” não é assunto da teoria, mas é uma prática igual a todas as outras, mesmo se a configuração demarcada do livro que se fecha coloque imediatamente em risco sua realidade de trabalho inacabável, apontando para o canteiro de obra, não para a obra, submetido ao perigo permanente de acertar, com alguns leitores, os “efeitos de sentido” que consegue com outros.

Ora, conforme o leitor de Michel de Certeau privilegie o paradigma da leitura ou o da escrita, conforme ele procure a figura da apropriação ou a da economia escriturária, dois usos de *L'invention du quotidien*, parcialmente contraditórios ou conflituosos, são possíveis.

* * *

Em primeiro lugar, a leitura, esse símbolo privilegiado do consumo cultural contemporâneo. Para Michel de Certeau ela não é recepção imposta de um conteúdo objetivo, sujeição ao texto, passividade. Fazendo da leitura uma arte da caça ilegal, ele a designa como uma ação que quase não deixa traços visíveis, nem garantias contra a usura do tempo, mas ação produtora que em cada um de seus encaminhamentos e de fazeres, ao mesmo tempo alteram e conferem existência ao texto: formas singulares de habitar o escrito. A leitura é uma *apropriação*.

A história cultural aprendeu a lição. A leitura parece ter se tornado, nesse campo, o signo de práticas complexas que uma contraposição simplista entre tradições orais e culturas eruditas não protege mais. Trabalhar a história das práticas de leitura conduz a determinar como os leitores-consumidores do escrito puderam aproximar-se, atravessar, invadir, habitar (mesmo sem autorização) os espaços textuais. O progresso da alfabetização, medido por critérios objetivos (posse de livros, assinatura do nome) permitiu que na França e na Europa se tivesse, como procedimento para definir as zonas de atraso, a capacidade de escrever⁴ mais cedo e mais rapidamente. Mas percebeu-se tam-

4 Ver François Furet e Jacques Ozouf, *Lire et écrire. L'alphabétisation des français de Calvin à Jules Ferry*, Paris, Ed. De Minuit, 1977, 2 vols.

bém que nem por isso o acesso à leitura estava proibido aos analfabetos e que outros substitutivos autorizavam um uso, um consumo do impresso ou do manuscrito que é já necessário chamar de “leitura”. Descobriu-se ainda que as redes de difusão do livro desclassificado cruzam com as do legítimo, e que seus conteúdos são intercambiáveis⁵. Breve, enquanto as autoridades religiosas, políticas, escolares pensam aquele que lê, unicamente como um leitor que adere às formas e às significações dos textos que lhe são impostos, uma abordagem mais atenta revela a que ponto a leitura produz outros efeitos além dos de inculcação.

Essa subversão da oposição entre produção e consumo faz do ato de leitura o paradigma da atividade tática. O leitor caça em terras alheias, demarca com os olhos, com o dedo, com o franzir das sobrancelhas, com o sorriso, seus caminhos em busca do sentido. Sob a contingência, sem dúvida, e no espaço próprio do texto, ele elabora – como quer ou como pode – sua leitura do texto: um novo texto. Existem assim estilos de leitura, como existem estilos de lazer e de conversação.

Para o leitor, o texto é um lugar em que a escrita está depositada, está aí. Para ele o escritor será sempre um estrategista que dispõe no lugar próprio (a página) um exército armado de signos, ordenado segundo efeitos desejados e que deverá “cativar” os que colocam os olhos sobre ele. O autor é, então, necessariamente autoritário, investido da inelutável autoridade do texto que fala indefinidamente por ele, na sua ausência, pelo simples fato de que o que foi feito por escrito perdura e se capitaliza. Os escritos permanecem: vitória sobre as palavras e as leituras que se desvanecem. O fato de o escrito ser o produto de uma atividade da escrita, que, como toda prática, tem suas táticas e astúcias, não muda nada: a operação escriturária transforma o gesto em forma, o achado ocasional em figura de estilo, uma circunstância feliz em poder durável. Assim, a escritura, afirma Michel de Certeau, desde o século XVI pôde se tornar em nossas sociedades o modelo mítico da racionalidade ocidental. Os dispositivos escriturários, lugares de terrível memória, são as mais seguras técnicas de controle e de vigilância. A Revolução Francesa não tentou se pensar como uma página em branco em que seria escrita a nova história de uma sociedade? Da ilha da Utopia à de Robinson, o mestre e possuidor da natureza é aquele que aí depositou imperiosamente os traços de sua atividade industrial, que varreu o espaço como um plano, uma ordem, com signos

5 Chartier, R. *Livres et lecteurs dans la France d'Ancien Régime*. Paris, Seuil, 1987, cap. VIII, a propósito da “Bibliothèque bleue”.

hierarquizados, que decidiu sobre a legibilidade unívoca de um território que manifesta, para quem o atravessa, uma vontade ordenadora.

Haverá, então, um conflito potencial entre o texto que ordena, prescreve um sentido e a leitura que constrói suas próprias versões? Para Michel de Certeau está claro que uma cultura trabalhada durante séculos, pelo comentário da Escritura, pela elaboração e salvaguarda de sua catolicidade, é herdeira de uma história pouco inclinada a tratar essas questões superficialmente.

É que a oposição entre leitura e escritura, entre a apropriação singular dos sentidos construídos na relação com os textos e o sentido dado, não é uma realidade trans-histórica. Sua pertinência contemporânea não a torna imediatamente operatória, nem para qualquer grupo social nem para qualquer tempo. Ao contrário, Michel de Certeau historiador não cessa de delimitar a pista de trabalhos⁶ que procurariam apreender como e quando essa disjunção tornou-se um fato social perceptível e discriminante.

Com efeito, tudo se passa como se houvesse permanecido, praticamente até nossos dias, indiferente às mudanças das práticas, um modelo muito antigo da leitura, construído em torno do texto religioso e, sobretudo, num tempo em que as condições materiais de acesso ao livro incluíam, necessariamente, a entrada numa comunidade de “profissionais”. Nenhum leitor fora do colegiado de mestres, verificando se o aluno decorou bem o texto, fornecendo-lhe glosas explicativas para que fixasse o sentido na memória. Nenhuma leitura fora da memória viva e coletiva dos comentários autorizados, assegurando a perpetuação sempre enriquecida de uma tradição, polêmica sem dúvida (Orígenes disse que..., Agostinho disse que...), mas salvando o neófito de leituras “insensatas”, isto é, da heresia e da fogueira. Nenhum sentido, então, fora da dupla garantia de uma Igreja e de uma tradição, de uma memória durável e de uma assembléia, guardiã vigilante de uma verdade que está fora da história. A Escritura não é um texto, é uma voz que requer ouvintes atentos e desejosos de ouvir esse querer dizer de Deus. Por necessidade ontológica, poder-se-ia dizer, a leitura é um ato de fé, um gesto de confiança, uma prática de crença que se declara como tal, e as revelações da Escritura têm um mediador necessário: o magistério de um clérigo.

Como foi que esse modelo, cercado por valores laicos, despedaçou-se, mas ao mesmo tempo perpetuou-se, fora do campo original que lhe deu consistência e validade?

6 Foi nesta via que se engajou H. V. Gumbrecht depois de H. R. Jauss e dos teóricos alemães da “estética da recepção”.

Despedaçado com nossa “modernidade”: “a verdade” não depende mais da atenção de um destinatário assimilado a uma grande mensagem identificatória. Ela será o resultado de um trabalho histórico, crítico, econômico” (p. 239). Conservado, na representação que levanta em torno do texto uma “muralha da China”, que circunscreve um “próprio” do texto, isola do resto sua autonomia semântica, e que faz dela a ordem secreta de uma “obra” (p. 288). Para responder a essa questão, seria preciso que já tivesse sido feita, tendo em vista a história das práticas, a história das representações da leitura e dos seus efeitos esperados.⁷ Hoje, depois de séculos, começamos a nos dar conta da caducidade desse modelo e a precisar as conseqüências das mutações que o invalidaram. Não que tenham desaparecido de nossas sociedades as instituições que legislam sobre a verdade dos textos, sejam elas escolas ou igrejas, academias ou partidos. Mas compreendemos bem porque Michel de Certeau colocou a história das teorias no dossiê “estratégia das instituições de poder” e a das práticas de leitura nas “artes de fazer táticas” que cobrem uma gama de possibilidades, indo desde a leitura dócil e estudiosa que as escolas definem como “a” leitura, até as leituras ingênuas, iluminadas, desenvolvoltas, subversivas. Porque a difusão massiva de escritos de todo tipo remete fatalmente os atos de leitura à dinâmica incontrolável das subjetividades sociais. Ler torna-se, então, cada vez mais, um gesto que se encontra fora do espaço público ou institucional, é um ato de prazer privado, uma prática de consumo de que não se precisa prestar contas: breve, a leitura aproveita-se (ela não os constitui, mas usa-os) do desenvolvimento dos espaços privados⁸.

Um primeiro uso de *L'invention du quotidien* seria o de conduzir a uma refacção da história da alfabetização, esse longo percurso de uma sociedade que entra na escrita pela sua recepção, tomando retrospectivamente a medida dos efeitos que as primeiras reproduções massivas de textos produzem nos seus consumos. Bem antes do nosso tempo de mercado aberto, quando, com a ajuda de Gutemberg, a quantidade de escritos superou os lugares institucionalizados de leitura, foram criadas as condições que interditaram a perpetuação das antigas partilhas. Condições estritamente materiais: é o crescimento quantitativo dos escritos em circulação que diversifica, isto é, modifica qualitativamente o ato de ler.

7 Ver, como primeira indicação, o relatório encomendado pelo Service d'études et de recherches de la B.P.I. (Centre Georges Pompidou), sobre *Les Discours sur la lecture*, 1980, 1986.

8 O tomo III de *L'histoire de la vie privée*, sob a direção de Roger Chartier, Paris, Seuil, 1987, ordena-se em torno da problemática exposta por Philippe Ariès na Introdução.

Longe de produzir a simples reiteração de um modelo único, a massificação da produção impressa produz sua diversificação: a partir de um mesmo texto-fonte, múltiplas versões (reescritas, abreviadas) são possíveis. Pode-se notar esse movimento tanto no Antigo Regime (por exemplo, com os editores de Troyes) como no século XIX (com o nascimento da imprensa popular de grande tiragem). Os centros que produzem materialmente os bens culturais, isto é, que editam, imprimem, difundem e vendem (e não os que produzem intelectualmente) especializam seus produtos, especificando-os tendo em vista novos leitores, supostamente estranhos ou refratários aos códigos letrados da escrita, inventam paginações novas, encadernações mais baratas, procedimentos de reescrita, etc.

Essa multiplicação dos objetos para ler tem como consequência a multiplicidade de formas de apropriação, incontroladas, incontroláveis. Primeiramente apropriações materiais: empréstimos ou compras, organizações e conservação, apresentação e uso; colocadas no quadro de sociabilidades restritas ao foro privado. Em seguida, apropriação intelectual por meio desses processos de leitura, em que coexistem e interferem-se mútua e constantemente as leituras normatizadas pelos guardiões da ortodoxia e as leituras pessoais, sejam as trocadas entre grupos restritos, mas socialmente definidos, ou leituras solitárias.

Assim, a criatividade dos usuários, a proliferação das leituras heterodoxas e a polivalência dos usos acentuam-se na medida em que as situações de consumo são reiteradas e quantitativamente mais numerosas. O que esse dado novo deixa patente é que, embora a disjunção leitura-escrita recubra apenas as distâncias entre leituras diferentes, umas arrogam-se o direito de julgar as outras. Ora, a leitura que tem autoridade num dado lugar (a do padre ou do professor) é aquela que parecerá inábil ou ignorante em outro (aos olhos do bispo ou do inspetor). Mas, todos os leitores habilitados, quaisquer que sejam seus campos de reconhecimento, comungam da mesma consciência de legitimidade, e denunciam incessantemente o perigo que corre a verdade ou a sociedade, a salvação ou o progresso com leitores sem mestre – e às vezes sem Deus.

“O uso do livro por privilegiados (...) coloca, entre o texto e seus leitores, uma fronteira cujo passaporte é expedido apenas por esses intérpretes oficiais, que transformam sua leitura (legítima também) em uma ‘literalidade’ ortodoxa que reduz as outras leituras (igualmente legítimas) a serem apenas heréticas (não ‘conformes’ ao sentido do texto) ou ao insignificante (destinadas ao esquecimento)” (p. 288). O problema está em saber como as escanções fortes que marcam a Reforma, as Luzes, a Revolução Francesa, a laicização obrigatória da escola fizeram oscilar um tempo em que os dispositivos de

controle perseguem os erros de leitura como se fossem pecados, atentados à verdade divina e à própria ordem social e, portanto, devendo ser alvo de estigmatização pública, para um outro tempo, em que o mau uso dos textos, autenticados no *corpus*, produz (e só produz) a desqualificação cultural. O moleiro Menocchio foi condenado à fogueira pela Inquisição por suas andanças como autodidata⁹. Bouvard e Pécuchet foram condenados ao ridículo (que também é uma exclusão social, embora “não mate”).

Pode-se considerar que a aparição da leitura tática, ou melhor, do leitor tático, está ligada a uma dupla evolução: de um lado, a progressiva industrialização da produção cultural, definindo espaços de mercado banalizados; de outro, a disjunção entre as redes de profissionais da escrita (escritores ou comentaristas autorizados) e os novos públicos de leitores. O impresso é separável e logo separado da rede social de seus intérpretes. As “liberdades” das práticas de leitura que se seguem são, então, a outra face das determinações (antigas: ideológicas; novas: socioeconômicas) que normalizam os espaços da escrita. Longe de ser um espaço residual de jogo, miraculosamente preservado num campo cada vez mais esquadrinhado, elas são, ao contrário, os efeitos necessários dessas determinações. Michel de Certeau relembra em vários momentos: cada novo dispositivo estratégico produz, inapelavelmente, novas artes táticas de fazer: elas só precisam de tempo para serem inventadas no dia-a-dia.

Aliás, por ser sempre singular, a apropriação de um leitor não é nunca isolada, nem única, e a apreensão das redes de sociabilidade, por meio das quais e contra as quais cada um constrói tanto suas leituras (seu *corpus* referencial) como sua leitura (sua maneira de ler), deriva da mais clássica sociologia¹⁰. Mas o efeito enganador ou redutor, que a caracterização social dos públicos e a sociologia dos leitores podem ter, é o de avalizar a idéia, muito rapidamente recebida, de uma correspondência clara e hierarquizada entre produtos específicos e públicos alvo. Corre-se assim o risco de responder ao mito de uma leitura uniformizante, niveladora de todos os públicos, com o estereótipo inverso de uma leitura socioculturalmente dividida, que fixa em cortes sincrônicos as dinâmicas evolutivas. Ora, por serem vividas como aventuras pessoais as leituras táticas não deixam de fazer parte desses fazeres sociais que não são o efeito,

9 Guinzburg, C. *Il formaggio e i vermi*. Turim, Einaudi, 1976 (tradução francesa: *Le fromage et les vers. L'univers d'un meunier du XVI siècle*, Paris, Flammarion, 1980).

10 Ver, em particular, Jean François Barbier – Bouvet e Martine Poulaium, *Publics à l'oeuvre. Pratiques culturelles*, na *Biblioteca Pública de Informação do Centro Pompidou*, Paris, La Documentation Française, 1986.

mas a causa das hierarquizações simbólicas por meio das quais cada um manifesta para o outro a sua identidade cultural. Todos os fenômenos de distinção ou de desclassificação social, os processos de legitimação ou de exclusão cultural são, então, constantemente “trabalhados” no tempo, uma vez que os objetos de ler deslocam-se de uma geração (ou de uma estação) para outra e remodelam-se os gestos por meio dos quais cada leitor, que sempre nasce analfabeto, aprende (ou não) a tornar significantes para ele e significar para os outros seu apetite e seu consumo cultural, sua atividade e sua existência.

* * *

Quando do pólo da leitura deslocamo-nos para o da escrita, surgem dificuldades que o par ler/escrever não permite suportar. A oposição induz a uma representação enganosa da escrita como figura simétrica da leitura. De ambos os lados da escrita, objeto permanente, haveriam duas práticas que teriam o texto como enquadramento, mas segundo ordens temporais inversas: a leitura se constitui em aval da escrita, prática sobre um objeto que está aí, que começa com o texto dado. A escrita termina com o texto produzido, ela o precede e o constrói como sua mira e seu término.

Mas esse modo de ver a produção de um texto como a operação inversa de seu consumo é uma ilusão do leitor ou um artefato do esquema produzir-consumir. Porque se a leitura se define necessariamente por sua relação com a escrita, o inverso não é verdadeiro: a escrita define-se por oposição à oralidade. A disjunção ler-escrever situa-se no campo do “escriturário”, já o pressupõe construído e operante. Em compensação, o par oral-escrito obriga a apreender a escrita na sua dimensão instauradora de um novo campo. A escrita não é, então, apenas uma prática de poder e a ferramenta dos saberes “modernos”, é um novo modo de produção, de transformação e de estoque da língua, que modifica o mundo; é, enfim, uma nova “economia”, a economia escriturária, constituída sobre uma exclusão fundadora, a “do mundo mágico das vozes e da tradição” (p. 235). Passar da leitura para a escrita não é, pois, simplesmente mudar de ponto de vista sobre o objeto, é mudar de objeto.

Essa definição antropológica da leitura é ainda uma definição contemporânea, cuja história precisa ser feita. Na aurora da modernidade ocidental, o que surge não é a escrita, e sim uma nova fronteira cultural entre oralidade e escrita que, “por isso (...) não podem ser isoladas destas determinações históricas nem elevadas ao estatuto de categorias gerais” (p. 234). Pensar todas as sociedades que têm escrita a partir da

economia escriturária moderna, é conceber erroneamente a disjunção oral-escrita como uma invariante transcultural.

Para Michel de Certeau, se a escrita adquiriu um valor mítico em nossa sociedade, isto se deve à sua capacidade, ou melhor, à sua pretensão de articular simbolicamente todas as práticas humanas, que, no entanto, estão separadas e são heterogêneas. E, se campos virgens da escrita surgem ainda aos nossos olhos, sem dúvida nenhuma está próximo o dia em que eles serão capturados pela rede enciclopédica da escrita. Escrever, produzir a totalidade como texto, mediante relatos, pesquisas, quadros, mapas, gráficos é o trabalho novo da modernidade em que se realiza essa marcha para frente que se chama Progresso.

A escritura é pois um fazer tático derivado das lógicas pragmáticas da temporalidade, que uma conjuntura histórica transforma em poder estratégico, capaz de “acumular o passado e (...) de *conformar* a alteridade do universo a seus modelos” (p. 237). Breve, ela é o paradigma de uma economia capitalista conquistadora (Michel de Certeau não esquece de citar Marx, dos Manuscritos de 44), conjugando no *Homo Faber*, o trabalhador e o fabricante, a ciência, a técnica e a indústria. No laboratório-oficina da página em branco são fabricados os materiais lingüísticos que, de transformação em transformação, ordenados, combinados, articulados acabarão por produzir esse artefato do mundo, próprio para dominar e modificar o mundo.

Certamente ainda perdura, ou se encontra esporadicamente revivida, a tradição de uma escrita não mais operária, inspirada nela, e a imagem de um escritor menos preocupado em ser reconhecido como autor com status, competência e direitos (de autor) que como aquele que vê, bardo, mensageiro da “grande palavra cosmológica”, a partir de agora disseminada nessas vozes vindas de outros lugares, ouvidas quase que apesar delas mesmas, vozes do povo ou vozes das musas, vozes interiores ou lendas dos séculos. Mas na sua negação poética e política, Victor Hugo e Michelet consagram o triunfo da escrita: os novos porta-vozes são os “porta-canetas”. A oralidade tornou-se, então, um campo definitivamente “indefinido”, destinado à existência silenciosa da pura exterioridade (na sua força de inércia e sua resistência opaca ao progresso), ou à existência escriturária que lhes reservam as transcrições, essas traduções infiéis.

Dentre todas as escrituras, a que foi consagrada pela economia escriturária, não foi a do imaginário, mas a da racionalidade. A esse respeito, apreendem-se da maneira mais aguda efeitos contraditórios ou paradoxais: a escrita científica consagra, simultaneamente, o triunfo e o destronamento do sujeito, o advento de uma identidade individual que mede o ser pelo fazer e a anulação das singularidades no anonimato.

Triunfo do sujeito: “Um novo rei avulta: o sujeito individual, mestre inapreensível”(p. 267) como Deus, que no fim do trabalho da gênese, colocou um ponto final em sua obra, podendo então contemplá-la à distância. Esses produtores, que se definem e constituem sua singularidade em suas realizações, fazem uma história que é ao mesmo tempo definitivamente aberta (o universo é uma inesgotável reserva de saberes a se dar existência e de poderes a se experimentar), e inteiramente deles (nenhuma tradição deve ser respeitada, trata-se de gerir de forma rigorosa um capital de saberes e de técnicas, não de ser fiel a uma memória ou a mestres).

Anulação do sujeito: os saberes científicos são enunciados sem enunciador, feitos em linguagens artificiais, transparentes e perfeitamente reguladas, criadas para esse uso; Michel de Certeau lembra que, para Condillac, “construir uma ciência é construir uma linguagem”. Os saberes objetivos assim construídos são de direito, sem nacionalidade, nem língua materna, e para funcionar não necessitam dos seus autores. Pode-se, assim, considerar a economia escriturária sob dois aspectos: de um lado, a irresistível ascensão da linguagem escrita como instrumento de poder organiza os novos dados da produção socioeconômica, consagra uma divisão social privilegiando aquele que domina os códigos da escrita, “ontem o burguês, hoje o tecnocrata” (p. 242); de outro lado, o advento das racionalidades promove o reinado das entidades neutras, cujos nomes são Mecânica, Gravitação, mas também Mercado, Opinião, Razão de Estado, Segurança, Crescimento. O autor artesão desaparece em proveito das máquinas escreventes e dos textos produzidos a reboque das tecnologias administrativas.

Essa mudança pode ser percebida nas duas ficções que assinalam seus pontos extremos: inicialmente, Robinson fazendo de sua solidão um reino; no final, não um herói segurando a caneta, mas o rangido de máquinas escrevendo no vazio. Com efeito, fazendo contraponto ao relato inaugural de Daniel Defoe, faz de Robinson, segurando seu livro contábil, o símbolo do empreendedor industrial que cultiva sua ilha como quem escreve sobre uma página em branco, encontramos no fim do capítulo sobre a escrita, as máquinas celibatárias de Duchamp, em que se vê toda essa bela mecânica de escritas ir se transformando, presa nessa circularidade infinita de jogos sem começo nem fim, máquinas que escrevem “numa língua sem terra e sem corpo” (p. 258), solitárias e celibatárias.

É com essa ambivalência que a economia escriturária trabalha: a escrita que ordena (isto é, põe em ordem e comanda) é o cálculo do engenheiro, a compilação de leis, o relatório econômico; escritos que o homem comum (o não especialista, o simples cidadão) não compreende. Só lhe resta a “liberdade” de crer ou não crer “confiando”

(sem ter tido os textos à mão) em textos que ele não pode nem poderá ler nunca, porque aprender a ler – mesmo que astuciosamente – todos esses textos técnicos exigiria muitas vidas e ele já tem a vaga impressão de que não vale a pena, que esses textos mortos ou inacessíveis não guardam nenhum segredo, talvez nenhuma mensagem. O projeto inaugural instaurava a legibilidade generalizada do mundo, em escritos controláveis por todo espírito dotado de razão. Seu próprio desenvolvimento desemboca, ao contrário, na multiplicação de escritos herméticos, esotéricos, territórios de iniciados cujo prazer é proporcional ao seu grau de restrição. O olhar do leitor incompetente percebe bem o que Duchamp mostra: sistemas de signos com significações camufladas, “despidos das obscenidades de um real” (p. 258), fascinados pela sua própria existência e inteiramente consagrados a funcionar, logo, máquinas.

Essa abordagem da economia escriturária, até seus últimos efeitos perversos, não permite ler a oposição entre escrita estratégica, que demarca o espaço social, impondo sua lei; e a leitura tática, astuta, como uma clivagem social, opondo, com bela simplicidade, dominantes e dominados. Os efeitos de dominação produzidos pelas escrituras de poder referem-se tanto aos que dela estão excluídos (cujo destino, na sua ausência, é decidido por tecnocratas, médicos, juristas, psicólogos, professores), como aqueles a quem ela confere, justamente, poder de decisão. Pois os que foram escolhidos por seu domínio sobre os códigos tiveram que provar, sobretudo, que foram bons servidores, que souberam respeitar as regras com submissão, aplicação ou virtuosismo: as escrituras da racionalidade não se deixam manipular sem resistência, e os que a fazem funcionar são os primeiros a experimentar os efeitos de suas imposições. Os profissionais das escrituras anônimas, sejam elas regulamentos administrativos ou relatórios científicos, projetos de lei ou balanços econômicos, não se tornam seus mestres sem bem servi-las, único modo de tirar proveito delas: pode-se, então, burlar as regras, falsear “golpes” de força, negociar alianças, captar reconhecimento encobrendo escolhas muito subjetivas com a linguagem neutra da objetividade sem paixão. A escritura, então, deixa-se enredar constantemente pelas táticas privadas dos que a produzem publicamente, mas que se arriscam por sua vez a serem enredados por ela: emaranhamentos intermináveis entre o escrito e o escrever.

As configurações históricas “sucessivas e imbricadas”, por meio das quais são inventadas, testadas, institucionalizadas e por meio das quais proliferam as escrituras disciplinadas, requerem estudos pacientes, pois é sempre *a posteriori*, após a apreensão retrospectiva de efeitos imprevistos, não desejados e que se tornaram nosso espaço presente, que se pode começar a pensar no que aconteceu. Nesse ponto, *L'invention du*

quotidien assinala uma variedade de campos a serem abertos e outros a serem retomados com novos investimentos, uma vez que, no decorrer do livro, as perguntas suscitadas pelas coletas dos arquivos encontram-se atropeladas.

Para concluir, escolhemos, entre tantas possibilidades, a de seguir as interrogações de Michel de Certeau sobre essa cultura comum, do homem comum às quais ele dedica *Arts de faire*. Ao mesmo tempo em que se demarcam as complexidades da escrita poderosa e erudita, efetua-se um outro deslocamento na ordem cultural que testemunha a ascensão de uma parte importante da população, do somente¹¹ ler para o ler e escrever. Essa transformação, efeito dos progressos da alfabetização durante o século XIX, graças a uma rede escolar mais rigorosa, permite que grupos sociais não ligados ao poder tenham acesso à escrita. Encontram-se assim reunidas as condições para uma produção de escritas, desvinculadas das práticas institucionalizadas. Ora, todas as análises centradas na escrita, na sua produção, seu estatuto, seus efeitos de clivagem social, sua recepção, etc. referem-se somente ao escrito público ou institucional, ou seja, ao escrito impresso ou suscetível de sê-lo. Nesse sentido, tem razão o imaginário que vê na imprensa de Gutemberg a invenção da modernidade escrevente.

Os historiadores, sem dúvida, sempre consultaram os “papéis” deixados por famílias, por intermédio dos quais pode-se às vezes chegar mais perto do cotidiano. Mas Michel de Certeau nos conduz a outras questões: quais são os efeitos sobre o espaço social dessa apropriação por alguns, por muitos, das práticas da escrita? Que tipos de escrita aparecem no espaço doméstico? Em que sua presença modifica a organização do espaço, do tempo e das relações?

Espaço: o ato de escrever que produz, inicialmente, o “publicável”, o escrito aberto à multiplicidade de leituras, torna-se o ato que, quase necessariamente, constitui um espaço privado. Para escrever é preciso um lugar próprio. Não é essa a primeira regra ensinada nas escolas? A mesa do escolar, seu material, o caderno aberto na página em branco, esse “lugar desenfeitado das ambigüidades do mundo” (p. 235), mas habitado pela ansiedade provocada pelas manchas de tinta que “estragam” o trabalho. A escritura é uma técnica violenta do corpo, do domínio do gesto, da solidão, do frente a frente consigo mesmo.

Tempo: escrever muda a relação com o tempo, porque o escrito pode ser lido. A escritura instaura, assim, uma relação com a duração, independente das estações e dos

11 Ver François Furet e Jacques Ozouf, op. cit., pp. 199 e seguintes.

dias que, imemorialmente, serviram de referência para o cotidiano. O uso de diários, agendas, calendários, em que se pode escrever o que foi feito, mas, também, com bastante antecedência, o que se fará, instaura, ao lado dos espaços privados, temporalidades particulares, familiares ou individuais, que se mantêm à distância das temporalidades sociais ou comunitárias. Mais precisamente, é no entrelaçamento ou na disjunção das cronologias pessoais com os acontecimentos sociais e coletivos que se constitui a interrupção ou o distanciamento do espaço público com relação ao espaço privado. Mas as práticas de escritura mudam o tempo de outra maneira: escrever supõe que se instaure, na reiteração das urgências cotidianas, o tempo para escrever; e isto só é possível se ele não for considerado um tempo perdido, um tempo tomado do próximo ou das tarefas, mas sim um “investimento”, mesmo que o lucro contabilizado possa ser, de imediato, apenas dito.

Relações: as relações familiares se movem nesses lugares e tempos da escritura arrancados dos espaços e tempos da ação. A despeito dos êxodos separadores e dos afastamentos, graças à troca regular de correspondência, relações familiares mais amplas podem ser mantidas. Sabe-se que a Grande Guerra foi a ocasião que permitiu que milhares de soldados apenas alfabetizados descobrissem essa urgência das cartas que se envia ou que se espera. A escrita marca sua existência também no interior da casa: práticas da família burguesa para quem o livro de contabilidade tem lugar central; livros de razão, agendas ou almanaques de famílias rurais em que um escrevente garante a recordação dos acontecimentos “notáveis” (nascimento de uma criança ou do gado, compras e vendas, comentários sobre o tempo). Não se trata aqui de intimidade: quem escreve, o dono, às vezes a dona da casa, coloca o ponto de vista da família, manifestando assim sua autoridade sobre ela.

Existem outras escrituras ainda mais “privadas”. Seria interessante interrogarmo-nos sobre o diário íntimo, fenômeno social, hoje tão defunto quanto a correspondência, e que parece ter proliferado no mesmo momento em que se tornou um gênero literário. Esse escrito, tido como secreto, tem como destinatário o seu próprio autor, e não está necessariamente destinado a ser relido. O fato de ser escrito na maioria das vezes por mulheres – por muito tempo, mesmo nas classes altas, proibidas de escrever e destinadas apenas a serem leitoras piedosas ou apaixonadas – ou por adolescentes sem status, submetidos à tutela paterna, como suas mães à conjugal, indica que papel social desempenhou na história esse lugar em que se construiu, na continuidade das páginas acumuladas, um reconhecimento de si que as sociabilidades não fornecem ou não conseguem mais fornecer.

Poder-se-ia seguir, à medida que progride a prática da escritura no corpo social, o avanço das estratégias de individuação que permite a escritura fora do espaço público. Assim, no momento em que o sujeito político, econômico ou científico desaparece das estratégias escriturárias, no momento em que o espaço social no qual se instala a existência cotidiana está totalmente escriturado, parece então elevar-se o sujeito, talvez temporariamente, de uma escritura privada, ligado à construção de espaços locais constituídos pelo privado e pelo íntimo. O consumidor, dedicado às reviravoltas repetidas das culturas públicas, se dota, então, de um espaço limitado, mas irredutivelmente seu, que é a página em branco.